



Energisa Paraíba | Resultados do 1º trimestre de 2014

João Pessoa, 15 de maio de 2014 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "Energisa Paraíba" ou "EPB") apresenta os resultados do primeiro trimestre de 2014 (1T14).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em base consolidada de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1.278 mil clientes e uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes em 216 municípios do Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km².

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro trimestre:

| Descrição | 1T14 | 1T13 | Variação % |
|--|---------|---------|------------|
| Resultados - R\$ milhões | | | |
| Receita Operacional Bruta | 399,8 | 385,9 | + 3,6 |
| Receita Operacional Líquida | 278,5 | 273,2 | + 1,9 |
| Receita Operacional Líquida, sem receita de construção | 247,1 | 249,8 | - 1,1 |
| Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT) | 30,6 | 73,8 | - 58,5 |
| EBITDA | 43,7 | 85,3 | - 48,8 |
| EBITDA Ajustado (EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia) | 48,5 | 91,6 | - 47,1 |
| Resultado Financeiro | 11,1 | (6,1) | - |
| Lucro Líquido | 33,2 | 58,3 | - 43,1 |
| Indicadores Financeiros - R\$ milhões | | | |
| Ativo Total | 1.552,4 | 1.426,0 | + 8,9 |
| Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras | 192,8 | 173,1 | + 11,4 |
| Patrimônio Líquido | 631,3 | 615,2 | + 2,6 |
| Endividamento Líquido | 472,3 | 424,2 | + 11,3 |
| Indicadores Operacionais | | | |
| Número de Consumidores Cativos (mil) | 1.278 | 1.229 | + 4,0 |
| Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) | 989,0 | 926,1 | + 6,8 |
| Energia Elétrica Total Distribuída (GWh) | 1.065,1 | 1.035,0 | 2,9 |
| Perdas de Energia | 11,56 | 12,65 | - 1,09 p.p |
| Indicadores Relativos | | | |
| EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%) | 17,4 | 33,5 | - 16,1 p.p |
| Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) | 2,3 | 1,2 | + 91,7 |

2 - Desempenho financeiro

2.1 - Receita operacional bruta e líquida

No 1T14, a Energisa Paraíba apresentou receita operacional bruta, sem a receita de custo de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 368,4 milhões, ante R\$ 362,5 milhões registrados no 1T13, um aumento de 1,6% (R\$ 5,9 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, reduziu 1,1% (R\$ 2,7 milhões) no período, para R\$ 247,1 milhões.

A composição da receita líquida é a seguinte:

| Empresa | Receita líquida (R\$ milhões) | | Variação 1T14 / 1T13 | |
|---|-------------------------------|--------------|----------------------|----------------|
| | 1T14 | 1T13 | Em % | Em R\$ milhões |
| (+) Receita de energia elétrica (mercado cativo) | 364,1 | 360,8 | + 0,9 | + 3,3 |
| ✓ Residencial | 176,9 | 174,4 | + 1,4 | + 2,5 |
| ✓ Industrial | 43,3 | 38,2 | + 13,4 | + 5,1 |
| ✓ Comercial | 74,7 | 74,2 | + 0,7 | + 0,5 |
| ✓ Rural | 20,8 | 22,6 | - 8,0 | - 1,8 |
| ✓ Outras classes | 48,4 | 51,4 | - 5,8 | - 3,0 |
| (+) Suprimento de energia elétrica | 1,9 | (5,5) | - | + 7,4 |
| (+) Fornecimento não faturado líquido | (11,3) | (12,6) | - 10,3 | + 1,3 |
| (+) Disponibilidade do sistema elétrico | 7,7 | 13,5 | - 43,0 | - 5,8 |
| (+) Receitas de construção | 31,4 | 23,4 | + 34,2 | + 8,0 |
| (+) Outras receitas | 6,0 | 6,3 | - 4,8 | - 0,3 |
| (=) Subtotal - Receita operacional bruta | 399,8 | 385,9 | + 3,6 | + 13,9 |
| (-) Impostos sobre vendas | (116,5) | (108,5) | + 7,4 | - 8,0 |
| (-) Encargos setoriais | (4,8) | (4,2) | + 14,3 | - 0,6 |
| (=) Total - Receita operacional líquida | 278,5 | 273,2 | + 1,9 | + 5,3 |
| (+) Receitas de construção | 31,4 | 23,4 | + 34,2 | + 8,0 |
| (=) Total - Receita líquida, sem receita de construção | 247,1 | 249,8 | - 1,1 | - 2,7 |

2.2 - Lucro líquido e geração de caixa

No primeiro trimestre de 2013, a Energisa Paraíba alcançou lucro líquido de R\$ 33,2 milhões, redução de 43,1% em relação ao registrado no 1T13. Esse decréscimo do lucro líquido decorre fundamentalmente dos efeitos decorrentes do aumento da energia elétrica comprada para revenda. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 48,5 milhões no período, ante os R\$ 91,6 milhões apurados no 1T13, uma redução de 47,1%.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

| Composição da geração de caixa (EBITDA) - R\$ milhões | 1T14 | 1T13 | Variação % |
|--|-------------|-------------|---------------|
| (=) Lucro Líquido | 33,2 | 58,3 | - 43,1 |
| (-) Contribuição social e imposto de renda | (8,5) | (9,4) | - 9,6 |
| (-) Resultado financeiro | 11,1 | (6,1) | - |
| (-) Depreciação e amortização | (13,1) | (11,5) | + 13,9 |
| (=) Geração de caixa (EBITDA) | 43,7 | 85,3 | - 48,8 |
| (+) Receita de acréscimos moratórios | 4,8 | 6,3 | - 23,8 |
| (=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado) | 48,5 | 91,6 | - 47,1 |
| Margem do EBITDA Ajustado | 17,4 | 33,5 | - 16,1 p.p |

2.3 - Despesas operacionais

No 1T14, as despesas operacionais totalizaram R\$ 248,0 milhões, crescimento de 24,3% (R\$ 48,5 milhões) em relação ao 1T13. Esse desempenho decorre, basicamente, do aumento de 31,2% (R\$ 35,6 milhões) das despesas com compra de energia e transporte de potência elétrica. Já as despesas controláveis apresentam redução de 1,5% (R\$ 0,7 milhão).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

| Decomposição das despesas operacionais (R\$ milhões) | Trimestre | | Variação 1T14 / 1T13 | |
|--|--------------|--------------|----------------------|----------------|
| | 1T14 | 1T13 | Em % | Em R\$ milhões |
| 1 - Despesas controláveis | 45,3 | 46,0 | - 1,5 | - 0,7 |
| 1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão) | 24,1 | 24,6 | - 2,0 | - 0,5 |
| 1.2 Material | 2,9 | 3,0 | - 3,3 | - 0,1 |
| 1.3 Serviços de terceiros | 18,3 | 18,4 | - 0,5 | - 0,1 |
| 2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte) | 149,6 | 114,0 | + 31,2 | + 35,6 |
| 3 - Depreciação e amortização | 13,1 | 11,5 | + 13,9 | + 1,6 |
| 4 - Provisões contingências e devedores duvidosos | 4,0 | (0,1) | - | + 4,1 |
| 5 - Outras despesas/receitas | 4,6 | 4,7 | - 2,1 | - 0,1 |
| Subtotal | 216,6 | 176,1 | + 23,0 | + 40,5 |
| 6 - Custo de construção | 31,4 | 23,4 | + 34,2 | + 8,0 |
| Total | 248,0 | 199,5 | + 24,3 | + 48,5 |

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publica, mensalmente, os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo.

Para os meses de janeiro a março de 2014, a Aneel já homologou, através dos Despachos nºs 515, 1.256 e 1.378, o montante de R\$ 82,1 milhões para a Energisa Paraíba. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

2.4 - Resultado financeiro

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) no 1T14 representou receita financeira líquida de R\$ 11,1 milhões, contra despesa financeira líquida de R\$ 6,1 milhões em igual período do ano passado. Esse resultado decorre da redução dos encargos de dívidas e da marcação a mercado dos derivativos, o que reflete o valor presente dos mecanismos de proteção cambial.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Sergipe em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

| Descrição | | |
|---|--------------|--------------|
| Valor em R\$ milhões | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
| Curto Prazo | 135,2 | 134,0 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 124,2 | 123,7 |
| Encargos de dívidas | 3,0 | 2,3 |
| Parcelamento de impostos e déficit atuarial | 8,0 | 8,0 |
| Longo Prazo | 529,9 | 539,4 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 476,3 | 485,7 |
| Parcelamento de impostos e déficit atuarial | 53,6 | 53,7 |
| Total das dívidas | 665,1 | 673,4 |
| (-) Disponibilidades financeiras | 192,8 | 194,1 |
| Total das dívidas líquidas | 472,3 | 479,3 |

3 - Mercado de energia

No primeiro trimestre de 2013, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão do Energisa Paraíba, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.111,2 GWh, incremento de 4,9% em relação a igual período do ano anterior.

O consumo cativo foi impulsionado pela classe industrial, que cresceu 18,4% no período. Esse desempenho decorre, em parte, de um grande consumidor livre ter voltado para o mercado cativo. As classe comercial e residencial também apresentaram aumentos expressivos no consumo, de 8,7% e 8,5%, respectivamente.

A energia total distribuída no 1T14 foi de 1.065,1 GWh, ante os 1.035,0 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

| Descrição | 1T13 | 1T12 | Variação % |
|---|----------------|----------------|---------------|
| 1) Vendas de energia a consumidores finais (Mercado Cativo) | 989,0 | 926,1 | + 6,8 |
| ✓ Residencial | 409,1 | 376,9 | + 8,5 |
| ✓ Industrial | 158,0 | 133,5 | + 18,4 |
| ✓ Comercial | 180,0 | 165,6 | + 8,7 |
| ✓ Rural | 70,4 | 79,6 | - 11,6 |
| ✓ Outras Classes | 171,5 | 170,6 | + 0,5 |
| 2) Energia associada aos consumidores livres | 122,2 | 133,3 | - 8,3 |
| 3) Mercado cativo + TUSD (1+2) | 1.111,2 | 1.059,4 | + 4,9 |
| 4) Suprimento de energia e não faturado | (46,1) | (24,4) | + 88,9 |
| 5) Energia Total Distribuída (3+4) | 1.065,1 | 1.035,0 | + 2,9 |

A Energisa Paraíba encerrou o 1T14 com 1.278.281 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,0% superior à registrada no fim de março de 2013. Já o número de consumidores livres totalizou 20 no fim de março de 2014.

3.1 - Perdas de energia

O combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica se mantém no centro das ações gerenciais e têm permitido à empresa manter bons resultados no seu desempenho operacional. Os índices de perdas vêm gradativamente se reduzindo, tendo sido alcançado mais um recorde histórico. Nos últimos 12 meses terminados em março de 2014, as perdas de energia elétrica encerraram em 11,56%, queda de 1,09 ponto percentual em relação a igual período encerrado em março do ano passado.

4 - Investimentos

No primeiro trimestre de 2014, os investimentos da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 38,5 milhões, ante R\$ 26,9 milhões registrados no 1T13, o que significa um aumento de 43,1%.

5 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Paraíba no primeiro trimestre de 2014 foi de R\$ 3 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e revisão de processos e procedimentos relativos à obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais)

| | 31/3/2014 | 31/12/2013 |
|--|------------------|------------------|
| Ativo | | |
| Circulante | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 49.263 | 50.315 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 94.579 | 96.049 |
| Consumidores e concessionárias | 140.280 | 151.382 |
| Títulos de créditos a receber | 30.348 | 33.152 |
| Estoques | 4.390 | 4.263 |
| Impostos a recuperar | 50.949 | 50.471 |
| Despesas pagas antecipadamente | 3.351 | 4.985 |
| Baixa renda e outros créditos | 46.521 | 33.483 |
| Total do circulante | 419.681 | 424.100 |
| Não circulante | | |
| Realizável a longo prazo | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 48.996 | 47.747 |
| Títulos de créditos a receber | 25.252 | 28.840 |
| Impostos a recuperar | 26.305 | 26.190 |
| Créditos tributários | 118.018 | 124.132 |
| Cauções e depósitos vinculados | 22.380 | 22.610 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 14.884 | 15.685 |
| Contas a receber da concessão | 242.300 | 225.555 |
| Outros | 2.997 | 3.334 |
| | 501.132 | 494.093 |
| Investimentos | 115 | 97 |
| Intangível | 618.559 | 609.184 |
| Imobilizado | 12.921 | 13.511 |
| Total do não circulante | 1.132.727 | 1.116.885 |
| Total do ativo | 1.552.408 | 1.540.985 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais)

| | 31/3/2014 | 31/12/2013 |
|--|------------------|------------------|
| Passivo | | |
| Circulante | | |
| Fornecedores | 85.437 | 90.153 |
| Encargos de dívidas | 2.964 | 2.269 |
| Empréstimos e financiamentos | 41.972 | 43.719 |
| Debêntures | 82.229 | 80.029 |
| Folha de pagamento | 1.553 | 3.927 |
| Tributos e contribuições sociais | 45.861 | 46.354 |
| Dividendos | - | 16.000 |
| Obrigações estimadas | 8.177 | 8.036 |
| Encargos do consumidor a recolher | 386 | 206 |
| Taxa de iluminação pública arrecadada | 3.501 | 3.686 |
| Benefícios a empregados - plano de pensão | 8.037 | 8.037 |
| Obrigações Intrasetoriais | 25.021 | 23.662 |
| Outras contas a pagar | 13.904 | 15.307 |
| Total do circulante | 319.042 | 341.385 |
| Não circulante | | |
| Fornecedores | 2.646 | 2.646 |
| Empréstimos e financiamentos | 476.313 | 485.747 |
| Tributos e contribuições sociais | 22.100 | 20.419 |
| Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais | 39.331 | 37.604 |
| Benefícios a empregados - plano de pensão | 53.645 | 53.644 |
| Outros | 1.794 | 1.454 |
| Total do não circulante | 595.829 | 601.514 |
| Patrimônio líquido | | |
| Capital social | 425.805 | 425.805 |
| Reservas de capital | 97.002 | 97.002 |
| Reservas de lucros | 86.829 | 86.829 |
| Dividendos adicionais propostos | 6.996 | 6.996 |
| Lucros acumulados | 39.451 | - |
| Outros resultados abrangentes | (18.546) | (18.546) |
| Total do patrimônio líquido | 637.537 | 598.086 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 1.552.408 | 1.540.985 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013
 (Em milhares de reais)

| | 1T2014 | 1T2013 |
|--|----------------|----------------|
| Receita operacional bruta | | |
| Fornecimento de Energia Elétrica | 352.846 | 348.201 |
| Disponibilização do sistema | 7.733 | 13.458 |
| Receita de construção | 31.365 | 23.398 |
| Outras Receitas Operacionais | 7.818 | 868 |
| | 399.762 | 385.925 |
| Deduções à receita operacional | | |
| ICMS faturado | 82.351 | 74.415 |
| PIS, Cofins e ISS | 34.125 | 34.049 |
| Outras (CCC, CDE, P&D, PEE e RGR) | 4.788 | 4.215 |
| | 121.264 | 112.679 |
| Receita operacional líquida | 278.498 | 273.246 |
| Despesas operacionais | | |
| Energia elétrica comprada | 130.151 | 99.614 |
| Encargos de uso do sistema | 11.153 | 14.401 |
| Pessoal | 24.069 | 24.600 |
| Material | 2.865 | 2.964 |
| Serviços de terceiros | 18.272 | 18.359 |
| Depreciação e amortização | 13.127 | 11.527 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa / contingência | 3.693 | (138) |
| Custo de construção | 31.365 | 23.398 |
| Outras despesas | 4.928 | 3.798 |
| | 239.623 | 198.523 |
| Resultado antes das outras receitas e despesas operacionais | 38.875 | 74.723 |
| Outras receitas operacionais | 1.455 | 2.262 |
| Outras despesas operacionais | (1.494) | (3.222) |
| | (39) | (960) |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | 38.836 | 73.763 |
| Resultado financeiro | | |
| Receita de aplicações financeiras | 4.253 | 2.110 |
| Acréscimo moratório energia vendida | 4.817 | 6.267 |
| Encargos de dívidas - Juros | (9.656) | (10.754) |
| Encargos de dívidas - variação monetária e cambial | 9.134 | 3.967 |
| Marcação a mercado derivativos | 10.133 | (2.264) |
| Instrumentos financeiros derivativos | (11.630) | (4.587) |
| Ajuste a valor presente | 909 | 451 |
| (-) Transferências para obras em curso | 762 | 743 |
| Outras receitas (despesas) financeiras | 2.357 | (2.023) |
| | 11.079 | (6.090) |
| Resultado antes dos tributos | 49.915 | 67.673 |
| Imposto de renda e contribuição social | (10.464) | (9.348) |
| Lucro líquido do período | 39.451 | 58.325 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013
 (Em milhares de reais)

| | 1T2014 | 1T2013 |
|--|-----------------|-----------------|
| Atividades operacionais | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 49.915 | 67.673 |
| Despesas (receitas) que não afetam o caixa: | | |
| Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas | (9.419) | 3.503 |
| Depreciação e amortização | 13.127 | 11.265 |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa | 2.698 | 1.710 |
| Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais | 995 | (1.848) |
| Valor residual de ativos permanentes baixados | 39 | 960 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 11.630 | 4.587 |
| Marcação mercado derivativos | (10.133) | 2.264 |
| Variações nas contas do ativo circulante e não circulante | | |
| Diminuição de consumidores e concessionários | 9.209 | 42.609 |
| Diminuição de títulos de créditos a receber | 6.287 | 5.233 |
| (Aumento) diminuição de estoques | (127) | 157 |
| (Aumento) diminuição de impostos a recuperar | (593) | 6.657 |
| (Aumento) de cauções e depósitos vinculados | 230 | (121) |
| Diminuição de despesas pagas antecipadamente | 1.634 | 58 |
| (Aumento) de outros créditos | (13.271) | (7.579) |
| Variações nas contas do passivo circulante e não circulante | | |
| (Diminuição) de fornecedores | (3.827) | (57.261) |
| (Diminuição) de folha de pagamento | (2.374) | (17) |
| (Diminuição) de tributos e contribuições sociais | (2.115) | (9.371) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (1.045) | (1.258) |
| Aumento de obrigações estimadas | 144 | 961 |
| Aumento (diminuição) de encargos do consumidor a recolher | 180 | (4.400) |
| Aumento (diminuição) aumento de outras contas a pagar | 106 | (11.804) |
| Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais | 53.290 | 53.978 |
| Atividades de investimentos | | |
| Aplicações no investimento | | - |
| Aplicações no intangível | (32.540) | (18.579) |
| Aplicações financeiras e recursos vinculados | (40.920) | (48.335) |
| Resgate de aplicação financeiras | 45.395 | 70.085 |
| Alienação de bens do imobilizado e intangível | 1.455 | 2.262 |
| Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos | (26.610) | 5.433 |
| Atividades de financiamento | | |
| Novos empréstimos e financiamentos obtidos | 6.700 | 5.876 |
| Pagamento de empréstimos, debêntures - principal | (11.169) | (8.211) |
| Pagamento de empréstimos, debêntures - juros | (6.568) | (12.076) |
| Liquidação de instrumentos financeiros derivativos | (695) | (1.166) |
| Pagamentos de dividendos | (16.000) | (35.391) |
| Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento | (27.732) | (50.968) |
| Variação líquida do caixa | (1.052) | 8.443 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes | 50.315 | 67.646 |
| Saldo final de caixa e equivalentes | 49.263 | 76.089 |
| Variação líquida do caixa | (1.052) | 8.443 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa PB”), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.278.301 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 14, 15, 22 e 28, respectivamente.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 08 de maio de 2014 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas na imprensa oficial em 19 de março de 2014.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

| Instituição financeira | Tipo | Vencimento (1) | Remuneração | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|---|----------------|----------------------------|---------------|---------------|---------------|
| CEF | CDB | 20/01/2016 a 31/03/2016 | 100,5% do CDI | 26.874 | 24.865 |
| Santander | Debêntures (2) | 21/12/2015 | 103,2% do CDI | - | 4.271 |
| | | | | 26.874 | 29.136 |
| Caixas e depósitos bancários | | | | 22.389 | 21.179 |
| Total caixa e equivalente de caixa | | | | 49.263 | 50.315 |

b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

| Instituição financeira | Tipo | Vencimento | Remuneração | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|------------------------|---|----------------------------|--|----------------|----------------|
| ABC Brasil | CDB | 25/09/2014 | 100,5% do CDI | 2 | 2 |
| Banrisul | Fundo de Investimento | - | CDI | 54 | 53 |
| BES | CDB | 19/03/2015 a 06/05/2015 | 102,5% a 103,0% do CDI | 13 | 13 |
| BICBanco | CDB | 26/08/2014 a 10/02/2016 | 98,0% a 108,0% do CDI | 63 | 61 |
| BMG | CDB | 19/01/2015 | 100,0% do CDI | 9 | 9 |
| BTG Pactual | CDB | 09/12/2014 | 97,5% do CDI | 72 | 70 |
| Caixa FI Energisa (4) | Letra Financeira do Tesouro, Compromissada, Debêntures (2), DPGE e Letra financeira | 27/04/2015 a 15/05/2045 | 106,0% a 122,11% do CDI/IPCA+5.7%/SELIC | 31.147 | 24.449 |
| CEF | Poupança | - | Poupança | 87 | 87 |
| FIM Zona da Mata (4) | CDB | 01/12/2015 | 115,0% do CDI | 7.372 | 10.583 |
| FIM Zona da Mata (4) | Debêntures (2) | 07/04/2016 | 100,0% do CDI + 3,9% | 6.185 | 4.946 |
| FIM Zona da Mata (4) | Compromissada | 21/10/2015 a 27/01/2016 | 102,5% a 103,2% do CDI | 9.089 | 12.206 |
| FIM Zona da Mata (4) | DPGE | 10/07/2015 a 21/12/2015 | 107,5% a 113% do CDI | 9.886 | 7.191 |
| FIM Zona da Mata (4) | Letra Financeira | 05/05/2014 a 04/05/2017 | 105,0% a 107,0% do CDI | 2.410 | 367 |
| FIM Zona da Mata (4) | Fundos de Renda Fixa | - | CDI | 84 | 273 |
| FIM Zona da Mata (4) | Letra Financeira do Tesouro | 07/09/2015 a 01/03/2018 | SELIC | 1.015 | 718 |
| FIM Zona da Mata (4) | Nota Tesouro Nacional | 15/08/2016 a 15/08/2022 | IPCA | 4.541 | 2.603 |
| FIM Zona da Mata (4) | Fundos Multimercados | - | CDI | 9.148 | 6.771 |
| HSBC | CDB | 03/08/2015 | 100,0% do CDI | 693 | 677 |
| Itaú | CDB | 27/06/2014 a 26/02/2016 | 90,0% a 101,8% do CDI | 409 | 403 |
| Itaú | Debêntures | 24/11/2015 a 27/11/2015 | 102,0% do CDI | 329 | 321 |
| Itaú | Fundo de Investimento | - | CDI | 748 | 718 |
| Nordeste | CDB | 11/01/2016 a 30/08/2019 | 90,0% a 100,0% do CDI | 38.012 | 40.315 |
| Pine | CDB | 08/02/2017 | 104,0% do CDI | 183 | 178 |
| Safra | Fundo de Investimento | - | CDI | 3.289 | 12.629 |
| Votorantim | CDB | 27/05/2014 | 98,0% do CDI | 4 | 4 |
| | | | | 124.844 | 125.647 |

Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

| | | | | | |
|---|--|----------------------------|---------------------------|----------------|----------------|
| Itaú | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | 29/12/2020 | 100,0% do CDI | 3.888 | 3.697 |
| Mercantil | DPGE | 15/05/2014 a 26/06/2015 | 112,0% a 113,0% do CDI | 14.843 | 14.452 |
| | | | | 18.731 | 18.149 |
| Total aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados (3) | | | | 143.575 | 143.796 |
| Circulante | | | | 94.579 | 96.049 |
| Não Circulante | | | | 48.996 | 47.747 |

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$44.511 (R\$46.553 em 31 de dezembro de 2013) referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6. Consumidores e concessionárias

| Classes de consumidores | Saldo Vincendos (1) | Vencidos | | | | | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------------|---------------|--------------|---------------|----------------|---------------------|----------------|----------------|
| | | Até 30 dias | 31 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | há mais de 360 dias | | |
| Residencial | 20.655 | 16.133 | 7.101 | 2.843 | 290 | 69 | 47.091 | 35.438 |
| Industrial | 16.476 | 967 | 347 | 245 | 341 | 5.519 | 23.895 | 21.345 |
| Comércio, serviços e outras atividades | 16.123 | 3.914 | 1.334 | 597 | 585 | 1.715 | 24.268 | 19.922 |
| Rural | 2.181 | 978 | 500 | 289 | 76 | 62 | 4.086 | 3.838 |
| Poder público: | | | | | | | | |
| Federal | 2.061 | 680 | 45 | 25 | 4 | 2 | 2.817 | 2.546 |
| Estadual | 3.301 | 1.088 | 72 | 41 | 6 | - | 4.508 | 4.071 |
| Municipal | 2.357 | 777 | 51 | 28 | 5 | - | 3.218 | 2.906 |
| Iluminação pública | 4.514 | 552 | 114 | 90 | 181 | 6 | 5.457 | 5.667 |
| Serviço público | 3.697 | 79 | 98 | 87 | 89 | 1 | 4.051 | 23.769 |
| Subtotal - consumidores | 71.365 | 25.168 | 9.662 | 4.245 | 1.577 | 7.374 | 119.391 | 119.502 |
| Concessionárias (2) | 1.852 | - | - | - | - | 1.997 | 3.849 | 3.849 |
| Fornecimento não faturado | 25.893 | - | - | - | - | - | 25.893 | 37.151 |
| Outros | 2.518 | - | - | - | - | - | 2.518 | 2.235 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | (2.843) | (875) | (7.653) | (11.371) | (11.355) |
| Total Circulante | 101.628 | 25.168 | 9.662 | 1.402 | 702 | 1.718 | 140.280 | 151.382 |

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de março de 2014, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$1.997 (R\$1.997 em 31 de dezembro de 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de março de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$17.477 em 31 de março de 2014 (R\$5.584 em 31 de dezembro de 2013), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$3.777 em 31 de dezembro de 2013), conforme demonstrados a seguir:

| Composição dos créditos da CCEE | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Créditos vencidos (*) | 1.997 | 1.997 |
| | 1.997 | 1.997 |
| (-) Aquisições de energia na CCEE | (8.364) | (5.584) |
| (-) Encargos de serviços do sistema | - | (3.777) |
| | (6.367) | (7.364) |

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse

Resultados do 1º trimestre de 2014

conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos estão demonstrados como se segue:

| | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------|---------------|
| Títulos de créditos a receber | 84.207 | 90.704 |
| Ajuste a valor presente | (9.506) | (10.415) |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*) | (19.101) | (18.297) |
| | <u>55.600</u> | <u>61.992</u> |
| Circulante | 30.348 | 33.152 |
| Não circulante | 25.252 | 28.840 |

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de março de 2014, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

| | 31/03/2014 |
|----------------|----------------------|
| Vencidos | 19.101 |
| 2014 | 30.349 |
| 2015 | 9.055 |
| 2016 | 6.947 |
| 2017 | 3.941 |
| 2018 | 2.109 |
| 2019 em diante | 3.199 |
| Total | <u><u>74.701</u></u> |

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

| Movimentação das provisões | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|---|----------------------|----------------------|
| Saldo - inicial -circulante - 2012 e 01/01/2012 | 29.652 | 26.322 |
| Provisões constituídas no período | 1.066 | 10.482 |
| Reversão de provisões no período | (246) | (7.152) |
| Saldo - final - circulante - 2013 e 2012 | <u><u>30.472</u></u> | <u><u>29.652</u></u> |
| Clientes, consumidores e concessionárias | 11.371 | 11.355 |
| Títulos de créditos a receber | 19.101 | 18.297 |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;

Resultados do 1º trimestre de 2014

- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em agosto de 2017. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.592 de 27 de agosto de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2013. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 28 de agosto de 2013, foi uma redução de 3,02%.

10. Impostos a recuperar

| | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------|---------------|
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 21.742 | 22.274 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte | 186 | 306 |
| Imposto de Renda - IRPJ | 22.239 | 21.498 |
| Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL | 3.015 | 3.149 |
| Contribuição do PIS e COFINS | 28.931 | 29.430 |
| Outros | 1.141 | 4 |
| | 77.254 | 76.661 |
| Circulante | 50.949 | 50.471 |
| Não circulante | 26.305 | 26.190 |

11. Baixa renda e outros créditos

| | 31/03/2014 | 31/12/2012 |
|--|---------------|---------------|
| Baixa renda | 13.625 | 13.053 |
| Ordens de serviço em curso - PEE e P&D | 10.357 | 9.939 |
| Ordens de serviço em curso - ODS - outros | 2.088 | 1.438 |
| Adiantamentos | 564 | 574 |
| Subvenção CDE - desconto tarifário | 17.483 | 5.028 |
| Créditos de terceiros - Alienação de bens e direitos | 1.013 | 1.045 |
| Créditos a receber - Restituição encargos setoriais | - | 752 |
| Outras | 1.391 | 1.654 |
| Total - circulante | 46.521 | 33.483 |

Resultados do 1º trimestre de 2014

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE-desconto tarifário:

- **Baixa Renda:**

| | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|--|---------------|---------------|
| Saldo - inicial 31/12/2013 e 31/12/2012 | 13.053 | 16.409 |
| Subvenção baixa renda | 20.582 | 84.191 |
| Ressarcimento Eletrobrás | (20.010) | (87.547) |
| Saldo- final - circulante 31/03/2014 e 31/12/2013 | 13.625 | 13.053 |

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

- **Subvenção CDE - desconto tarifário**

| | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|--|---------------|--------------|
| Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural aplicados nas tarifas | 53.280 | 40.825 |
| Antecipação/Repasse despacho ANEEL nº 1711/2013 | (35.797) | (35.797) |
| Total | 17.483 | 5.028 |

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 31 de março de 2014, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de dezembro de 2013 a março de 2014, cujo ressarcimento a administração da empresa espera receber da CDE no próximo trimestre.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

| | Serviços contratados (1) | Energia Elétrica comprada para revenda(2) | Comissão aval (Despesa financeira) (3) | Saldo a receber (Consumidores e concessionárias) | Saldo a pagar (fornecedores) |
|--|--------------------------|---|--|--|------------------------------|
| ENERGISA S/A | 5.649 | - | 1.536 | - | 1.805 |
| EBO | - | 803 | - | 281 | 271 |
| Energisa Geração Centrais Eólicas Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel | - | 322 | - | - | 107 |
| 31/03/2014 | 5.649 | 1.125 | 1.536 | 281 | 2.183 |
| 31/12/2013 | 21.764 | 4.630 | 5.389 | 331 | 1.828 |

(1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos Administradores

No 1º trimestre de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$282 (R\$270 em 31 de março de 2013) e da Diretoria foi de R\$416 (R\$343 em março de 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$123 (R\$139 em 31 de março de 2013). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$173 (R\$150 em 31 de março de 2013).

No 1º trimestre de 2014, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, foram de R\$22 e R\$6 (R\$35 e R\$6 em 31 de março de 2013), respectivamente. A remuneração média no 1º trimestre de 2014 foi de R\$41 (R\$20 em 31 de março de 2013).

Na AGO de 25 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2014 no montante de R\$8.721 (R\$7.584 em 2013).

13. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

| | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|---|----------------|----------------|
| Ativo | | |
| Diferenças temporárias: | | |
| Imposto de renda | 93.326 | 96.578 |
| Contribuição social sobre o I. Líquido | 33.597 | 34.768 |
| Total - não circulante | 126.923 | 131.346 |
| Passivo | | |
| Imposto de renda | 6.548 | 5.304 |
| Contribuição social | 2.357 | 1.910 |
| | 8.905 | 7.214 |
| Totais líquidos - ativo não circulante | 118.018 | 124.132 |

As diferenças temporárias são como segue:

| | 31/03/2014 | | 31/12/2013 | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | base de cálculo | IRPJ + CSSL | base de cálculo | IRPJ + CSSL |
| Ativo | | | | |
| Créditos fiscais - ágio | 188.632 | 64.135 | 191.718 | 65.184 |
| Provisão ajuste atuarial | 61.682 | 20.972 | 61.156 | 20.793 |
| Provisões para riscos | 39.331 | 13.373 | 37.604 | 12.785 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD | 8.172 | 2.779 | 7.351 | 2.499 |
| Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras) | 28.106 | 9.556 | 29.374 | 9.987 |
| Variações cambiais passivas | 25.807 | 8.774 | 35.449 | 12.053 |
| Marcação a mercado - derivativo | (14.884) | (5.061) | (15.685) | (5.333) |
| Ajustes a valor presente | 9.506 | 3.232 | 10.415 | 3.541 |
| Ativos regulatórios (CVA's) | 27.686 | 9.413 | 26.919 | 9.153 |
| Outras adições (exclusões) temporárias | (737) | (251) | 2.011 | 685 |
| IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações: | <u>(26.191)</u> | <u>(8.904)</u> | <u>(21.218)</u> | <u>(7.214)</u> |
| Total - ativo não circulante | <u><u>347.110</u></u> | <u><u>118.018</u></u> | <u><u>365.094</u></u> | <u><u>124.132</u></u> |

(1) O benefício fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

Segue as realizações dos créditos fiscais:

| Período | Realização dos créditos fiscais |
|--------------|---------------------------------|
| 2014 | 4.316 |
| 2015 | 5.739 |
| 2016 | 5.724 |
| 2017 | 5.724 |
| 2018 | 5.709 |
| 2019 a 2023 | <u>90.806</u> |
| Total | <u><u>118.018</u></u> |

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

| | 31/03/2014 | 31/03/2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro antes dos impostos | 49.915 | 67.673 |
| Alíquota fiscal combinada | <u>34%</u> | <u>34%</u> |
| Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas | (16.971) | (23.009) |
| Ajustes: | | |
| Redução do imposto de renda e adicionais (*) | 6.344 | 13.257 |
| Adições permanentes (**) | 163 | 404 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | <u>(10.464)</u> | <u>(9.348)</u> |
| Alíquota efetiva | <u><u>21%</u></u> | <u><u>14%</u></u> |

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos no período findo em 31 de março de 2014 e 2013, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

(**) Referem-se basicamente as despesas contabilizadas em doações, patrocínios, participações e brindes.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal - Despacho decisório nº 128 DRF/JPA de 23/05/2013 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 31 de março de 2014, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$4.975.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 31 de março de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

| Movimentação | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|---|----------------|----------------|
| Ativo financeiro - 31/12/2013 e 31/12/2012 | 225.555 | 147.049 |
| Adições no período/ exercício (*) | 11.997 | 73.897 |
| Baixas no período/ exercício | (227) | (838) |
| Ativo financeiro | 237.325 | 220.108 |
| Atualização contas a receber da concessão - VNR | 4.975 | 5.447 |
| Ativo financeiro custo corrigido- 31/03/2014 e 31/12/2013 | <u>242.300</u> | <u>225.555</u> |

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

15. Intangível e Imobilizado

| | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Intangível - Contrato de concessão | 618.559 | 609.184 |
| Imobilizado | 12.921 | 13.511 |
| Total | <u>631.480</u> | <u>622.695</u> |

Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

| | Saldo 31/12/2013 | Adição | Transferências | Baixas (*) | Amortização | Saldo 31/03/2014 |
|--|---------------------|---------------|----------------|-----------------|-----------------|---------------------|
| INTANGÍVEL | | | | | | |
| Intangível em Serviço | | | | | | |
| Custo: | 1.187.032 | - | 21.437 | (3.021) | - | 1.205.448 |
| Amortização acumulada | (448.855) | - | - | 2.288 | (14.674) | (461.241) |
| Subtotal | 738.177 | - | 21.437 | (733) | (14.674) | 744.207 |
| Em Curso | 62.801 | 38.509 | (21.530) | (12.231) | - | 67.549 |
| Total | 800.978 | 38.509 | (93) | (12.964) | (14.674) | 811.756 |
| (-) Obrigações vinculadas à concessão | | | | | | |
| Em Serviço | | | | | | |
| Custo | 188.990 | - | 710 | - | - | 189.700 |
| Amortização acumulada | (37.104) | - | - | - | (2.230) | (39.334) |
| Subtotal | 151.886 | - | 710 | - | (2.230) | 150.366 |
| Em Curso | 39.908 | 3.867 | (710) | (234) | - | 42.831 |
| Total | 191.794 | 3.867 | - | (234) | (2.230) | 193.197 |
| Total do intangível | 609.184 | 34.642 | (93) | (12.730) | (12.444) | 618.559 |
| IMOBILIZADO | | | | | | |
| Imobilizado em serviço | | | | | | |
| Edificações e benfeitorias | 327 | - | - | - | - | 327 |
| Máquinas e equipamentos | 14.508 | - | 79 | - | - | 14.587 |
| Veículos | 247 | - | - | - | - | 247 |
| Móveis e utensílios | 12.004 | - | 14 | - | - | 12.018 |
| Depreciação Acumulada | (13.575) | - | - | - | (683) | (14.258) |
| Total do imobilizado | 13.511 | - | 93 | - | (683) | 12.921 |
| Total Geral | 622.695 | 34.642 | - | (12.730) | (13.127) | 631.480 |

(*) Das baixas no montante de R\$12.730, R\$11.997 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$733 referem-se a baixas realizadas no período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,89% (3,89% em 31 de dezembro de 2013).

Resultados do 1º trimestre de 2014

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

| Obrigações vinculadas à concessão: | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|--|----------------|----------------|
| Contribuições do consumidor | 75.307 | 72.972 |
| Participação da União - recursos CDE | 153.764 | 153.764 |
| Participação do Governo do Estado | 11.937 | 11.937 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | 3.524 | 1.992 |
| (-) Amortização acumulada | (39.334) | (37.104) |
| Total | 205.198 | 203.561 |
| Alocação: | | |
| Contas a receber da concessão | 12.001 | 11.767 |
| Infraestrutura - Intangível em serviço | 150.366 | 151.886 |
| Infraestrutura - Intangível em curso | 39.307 | 37.916 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | 3.524 | 1.992 |
| Total | 205.198 | 203.561 |

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em agosto de 2009. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em agosto de 2013 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizado na rubrica Obrigações especiais.

Em 31 de março de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$3.524 (R\$1.992 em 31 de dezembro de 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

| Taxas de depreciação do ativo imobilizado | Taxas |
|---|--------|
| Edificações e benfeitorias | 3,33% |
| Máquinas e equipamentos | 6,25% |
| Veículos | 14,29% |
| Móveis e utensílios | 6,25% |

16. Fornecedores

| | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------|---------------|
| Suprimento: (1) | | |
| CCEE | 8.364 | 5.584 |
| Contratos Bilaterais (1) | 52.222 | 52.095 |
| Uso de rede básica (1) | 472 | 3.777 |
| Conexão à rede (1) | 303 | 303 |
| Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1) | - | 448 |
| Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS | 3.509 | 3.280 |
| Materiais, serviços e outros (2) | 23.213 | 27.312 |
| Total | 88.083 | 92.799 |
| Circulante | 85.437 | 90.153 |
| Não Circulante | 2.646 | 2.646 |

1. Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
2. Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

| Operações | Encargos da dívida | Principal | | Total | | Ref. |
|--|--------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|------------|
| | | Circulante | Não Circulante | 31/03/2014 | 31/12/2013 | |
| Em moeda nacional | | | | | | |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*) | 467 | - | 61.000 | 61.467 | 61.485 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche | 29 | 386 | 615 | 1.030 | 1.127 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche | 72 | 567 | 1.724 | 2.363 | 2.504 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche | 67 | 410 | 1.743 | 2.220 | 2.322 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche | 58 | 354 | 1.948 | 2.360 | 2.448 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche | 86 | 432 | 2.684 | 3.202 | 3.310 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche | 9 | 391 | 2.953 | 3.353 | 3.451 | |
| Eletrobrás - Subtransmissão | 7 | 6.130 | 6.318 | 12.455 | 13.987 | |
| Eletrobrás - Eletrificação Rural | 9 | 9 | - | 18 | 23 | |
| Eletrobrás - Devolução LPT | - | - | - | - | 529 | |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE) | - | 3.900 | - | 3.900 | 5.363 | |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) | 44 | 9.784 | 21.117 | 30.945 | 33.311 | |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE) | - | 7.282 | 45.259 | 52.541 | 53.966 | |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) | 2 | 2.229 | 5.664 | 7.895 | 8.499 | |
| Banco Itaú BBA - BNDES FINEM | - | - | 3.350 | 3.350 | | |
| Banco Itaú BBA - BNDES FINEM | - | - | 3.350 | 3.350 | | |
| Banco do Nordeste - Repasse BNDES | 66 | 7.799 | 31.009 | 38.874 | 40.812 | |
| Banco Itaú BBA - FINAME | 102 | 2.299 | 23.629 | 26.030 | 24.256 | |
| Total em moeda nacional | 1.018 | 41.972 | 212.363 | 255.353 | 257.393 | |
| (-) custos de captação incorridos na contratação | (339) | - | (1.309) | (1.648) | (1.732) | |
| Em moeda estrangeira | | | | | | |
| Banco Itaú BBA I | 189 | - | 38.245 | 38.434 | 39.882 | |
| Banco Itaú BBA II | 1.732 | - | 136.494 | 138.226 | 142.428 | (1) |
| Citibank | 364 | - | 90.520 | 90.884 | 93.764 | (1) |
| Total em moeda estrangeira | 2.285 | - | 265.259 | 267.544 | 276.074 | (1) |
| Total | 2.964 | 41.972 | 476.313 | 521.249 | 531.735 | |

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$34.153 (R\$36.268 em 31 de dezembro de 2013), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante.

(1) Os contratos de financiamentos junto ao Banco Itaú BBA e Citibank, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2014:

| Operação | Vencimento | Características da Operação | | | Custo da Dívida | | | TIR (Taxa efetiva de juros) | Ref |
|---|--------------|-----------------------------|----------------------------|-------------------|-----------------|--------------------|------------------|-----------------------------|-----|
| | | Periodicidade Amortização | Garantias Reais | Prazo Médio meses | Indexador | Taxa de Juros a.a. | | | |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III | dez-2020 | mensal, após dez.2017 | Recebíveis | 66 | CDI | + | 0,7% | 11,18% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche | nov-2016 | mensal | Recebíveis | 17 | | | RGR 5,0% | 5,0% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche | abr-2018 | mensal | Recebíveis | 26 | | | RGR 5,0% | 5,0% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche | ago-2019 | mensal | Recebíveis | 33 | | | RGR 5,0% | 5,0% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche | nov-2020 | mensal | Recebíveis | 40 | | | RGR 5,0% | 5,0% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche | ago-2021 | mensal | Recebíveis | 44 | | | RGR 5,0% | 5,0% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche | out-2022 | mensal | Recebíveis | 50 | | | RGR 5,0% | 5,0% | |
| Eletrobrás - Subtransmissão | mar-2016 | mensal | Recebíveis | 14 | | | RGR 5,0% | 5,0% | |
| Eletrobrás - Eletrificação Rural | nov-2014 | trimestral | - | 3 | | | RGR 8,0% | 8,0% | |
| Eletrobrás - Devolução LPT | jan-2014 | mensal | Recebíveis | 1 | | | Selic Acumulada | 9,58% | |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE) | nov-2014 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 6 | | pré-fixado | 7,7% | 7,7% | (2) |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) | jun-2017 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 21 | | pré-fixado | 7,8% | 7,8% | (2) |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE) | jun-2019 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 35 | | pré-fixado | 8,1% | 8,1% | (2) |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) | jun-2017 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 21 | TJLP | + | 4,0% | 9,2% | |
| Banco BNB - repasse BNDES FINEM | Dez-2023 | mensal | Aval Energisa S.A | | TJLP | + | De 2,90% a 3,90% | De 8,04% a 9,10% | |
| Banco do Nordeste - Repasse BNDES | jan-2019 | mensal | Aval Energisa S.A. | 31 | TJLP | + | De 3,4% a 4,4% | De 8,57% a 9,62% | |
| Banco Itaú BBA - FINAME | até fev-2021 | Mensal | Aval Energisa S.A. | 54 | pré-fixado | | de 2,5% a 5,5% | 2,5% a 5,5% | |
| Banco Itaú BBA I | Ago-2015 | final | Aval Energisa S.A | 20 | Dólar | + | 3,2466 | 16,02% | (1) |
| Banco Itaú BBA II | Abr-18 | anual após abr2017 | Aval Energisa S.A | 46 | Dólar | + | 3,4892% | 16,29% | (1) |
| Citibank | Set-2017 | Anual após set.2016 | Aval Energisa S.A | 39 | Libor | + | 1,8987% | 14,50% | (1) |

1 - Possui Swap.

2 - Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Resultados do 1º trimestre de 2014

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais nos períodos:

| Moeda/indicadores | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------|------------|------------|
| US\$ x R\$ | -3,40% | 14,64% |
| TJLP | 5,00% | 5,00% |
| SELIC | 4,42% | 8,22% |
| CDI | 2,40% | 8,06% |
| IPCA | 2,18% | 5,91% |
| IGP-M | 2,55% | 5,53% |

Em 31 de março de 2014, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

| | 31/03/2014 |
|--------------|----------------|
| 2015 | 70.878 |
| 2016 | 84.357 |
| 2017 | 144.804 |
| 2018 | 113.382 |
| 2019 | 32.075 |
| Após 2019 | 30.817 |
| Total | 476.313 |

Seguem as movimentações ocorridas no período:

| Descrição | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|---|----------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2013 e 31/12/2012 | 531.735 | 476.840 |
| Novos empréstimos e financiamentos obtidos | 8.929 | 179.681 |
| Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial | (1.678) | 87.951 |
| Pagamento de principal | (11.169) | (172.339) |
| Pagamento de juros | (6.568) | (40.398) |
| Saldo em 31/03/2014 e 31/12/2013 | 521.249 | 531.735 |
| Circulante | 44.936 | 45.988 |
| Não circulante | 476.313 | 485.747 |

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

| Contratos | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2016 em diante | Total |
|---|------------|------------|------------|----------------------|--------------|
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III | 73 | 97 | 97 | 387 | 654 |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) | 82 | 110 | 110 | 55 | 357 |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) | 21 | 28 | 28 | 12 | 89 |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE) | 79 | 104 | 104 | 261 | 548 |
| | 255 | 339 | 339 | 715 | 1.648 |

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

| | 1ª Emissão |
|-----------------------------|----------------|
| Tipo de emissão | Pública |
| Data de emissão | 15/12/2009 |
| Data de vencimento | 15/12/2014 |
| Garantia | Quirografária |
| Rendimentos | CDI + 1,0% a.a |
| TIR (taxa efetiva de juros) | 9,14% a.a |
| Quantidade de títulos | 80.000 |
| Valor na data de emissão | 80.000 |
| Títulos em circulação | 80.000 |
| Carência de Juros | 6 meses |
| Amortizações/parcelas | Final |
| Saldos -31/03/2014 | 82.229 |
| Circulante (*) | 82.229 |
| Não circulante | - |
| Saldos - 31/12/2013 | 80.029 |
| Circulante (*) | 80.029 |
| Não circulante | - |

(*) Deduzido de R\$224 (R\$299 em 31 de dezembro de 2013), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2014 as exigências contratuais foram cumpridas.

Seguem as movimentações ocorridas nos períodos findos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

| Descrição | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------|---------------|
| Saldos em 31/12/2013 e 01/01/2013 | 80.029 | 64.448 |
| Recolocação debêntures | - | 15.274 |
| Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial | 2.200 | 6.750 |
| Pagamento de juros | - | (6.443) |
| Saldos em 31/03/2014 e 31/12/2013 | 82.229 | 80.029 |
| Circulante | 82.229 | 80.029 |
| Não circulante | - | - |

19. Tributos e Contribuições Sociais

| | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|------------------|---------------|---------------|
| ICMS | 23.052 | 19.667 |
| Encargos sociais | 2.257 | 2.670 |
| IRPJ | 16.742 | 16.818 |
| CSSL | 8.258 | 7.435 |
| PIS / COFINS | 16.115 | 17.711 |
| IRRF | 783 | 1.061 |
| Outros | 754 | 1.411 |
| Total | 67.961 | 66.773 |
| Circulante | 45.861 | 46.354 |
| Não circulante | 22.100 | 20.419 |

20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

| | Saldo inicial 31/12/2013 | Provisões constituídas | Reversões de provisões | Atualização | Saldo final 31/03/2014 |
|------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|---------------------------|-------------|---------------------------|
| Trabalhistas | 8.738 | 1.572 | (137) | 191 | 10.364 |
| Cíveis | 26.381 | 2.295 | (2.735) | 492 | 26.433 |
| Fiscais | 2.485 | - | - | 49 | 2.534 |
| Total | 37.604 | 3.867 | (2.872) | 732 | 39.331 |
| Depósitos e cauções vinculados (*) | (9.274) | | | | (6.902) |

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$ 22.380 (R\$22.610 em 31 de dezembro de 2013) dos quais R\$15.478 (R\$13.336 em 31 de dezembro de 2013) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico ser possível ou provável.

No período findo em 31 de março de 2014 foram pagos o montante de R\$1.318 (R\$7.238 em 31 de dezembro de 2013), sendo de indenizações trabalhistas R\$353 (R\$2.628 em 31 de dezembro de 2013) e de indenizações cíveis R\$965 (R\$4.610 em 31 de dezembro de 2013).

Perdas prováveis:
Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$813.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$257.282 (R\$266.162 em 31 de dezembro de 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$22.119 (R\$15.200 em 31 de dezembro de 2013), têm como objeto o pleito de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas

que lhe prestam serviços e seus empregados. O aumento no período de reclamações trabalhistas refere-se à propositura de várias ações cujo objeto é a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação aos contratos de trabalho firmados entre empreiteira e seus empregados.

O aumento de R\$6.919 refere-se basicamente a ações relacionadas ao objeto verbas contratuais legais e ação de responsabilidade subsidiária.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$55.750 (R\$71.415 em 31 de dezembro de 2013), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

A redução de R\$15.665 refere-se basicamente a alteração de prognóstico e arquivamento de processos tais como processo regulatório referente a procedimentos de fiscalização do poder concedente.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária no montante R\$179.413 (R\$179.547 em 31 de dezembro de 2013), referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outros.

21. Patrimônio Líquido

21.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$425.805 (R\$425.805 em 31 de dezembro de 2013) está representado por 918.160 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000.000 de ações, sendo até 4.092.176.000 em ações ordinárias e até 1.907.824.000 em ações preferenciais.

22. Receita operacional

| | 31/03/2014 | | | 31/03/2013 | | |
|--|--|----------------|----------------|--|----------------|----------------|
| | Não revisado pelos auditores independentes | | | Não revisado pelos auditores independentes | | |
| | Nº de consumidores | MWh | R\$ | Nº de consumidores | MWh | R\$ |
| Residencial | 1.047.202 | 409.087 | 176.896 | 1.006.407 | 376.886 | 174.434 |
| Industrial | 4.522 | 157.970 | 43.282 | 4.520 | 133.457 | 38.225 |
| Comercial | 91.782 | 180.048 | 74.694 | 89.236 | 165.595 | 74.148 |
| Rural | 117.442 | 70.406 | 20.847 | 112.107 | 79.577 | 22.626 |
| Poder Público: | | | | | | |
| Federal | 602 | 14.194 | 9.592 | 575 | 13.862 | 10.354 |
| Estadual | 3.155 | 19.344 | 7.611 | 3.012 | 18.891 | 8.215 |
| Municipal | 11.667 | 24.364 | 5.049 | 11.138 | 23.794 | 5.451 |
| Iluminação Pública | 655 | 55.790 | 12.999 | 642 | 55.154 | 13.646 |
| Serviço Público | 1.021 | 56.607 | 13.134 | 1.014 | 57.723 | 13.704 |
| Consumo Próprio | 233 | 1.158 | - | 141 | 1.132 | - |
| Subtotal | 1.278.281 | 988.968 | 364.104 | 1.228.792 | 926.071 | 360.803 |
| Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão | - | - | 3.948 | - | - | 3.696 |
| Suprimento | - | - | 1.893 | - | - | (5.472) |
| Fornecimento não faturado (líquido) | - | (46.146) | (11.258) | - | (24.352) | (12.602) |
| Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição | 20 | - | 7.733 | 19 | - | 3.458 |
| Receita de Construção | - | - | 31.365 | - | - | 23.398 |
| Outras receitas operacionais | - | - | 1.977 | - | - | 2.644 |
| Total - Receita Operacional Bruta | 1.278.301 | 942.822 | 399.762 | 1.228.811 | 901.719 | 385.925 |
| Deduções da Receita Operacional | | | | | | |
| ICMS | - | - | 82.351 | - | - | 74.415 |
| PIS | - | - | 6.079 | - | - | 6.040 |
| COFINS | - | - | 27.998 | - | - | 27.804 |
| ISS | - | - | 48 | - | - | 205 |
| Quota para RGR | - | - | - | - | - | (1.774) |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | 1.229 | - | - | 1.253 |
| Conta de Desenvolvimento Energia CDE | - | - | 798 | - | - | 618 |
| Conta Consumo Combustível - CCC | - | - | - | - | - | 2.113 |
| Programa de Pesquisa e Desenvolvimento- P&D | - | - | 1.22 | - | - | 2.005 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | - | - | 1.532 | - | - | - |
| Total - deduções da receita operacional | - | - | 121.264 | - | - | 112.679 |
| Total Receita Operacional Líquida | 1.278.301 | 942.822 | 278.498 | 1.228.811 | 901.719 | 273.246 |

23. Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda

| | MWH (**) | | Energia elétrica comprada p/revenda | |
|---|------------------|------------------|-------------------------------------|---------------|
| | 31/03/2014 | 31/03/2013 | 31/03/2014 | 31/03/2013 |
| Energia de leilão | 434.100 | 454.200 | 76.657 | 71.099 |
| Energia bilateral | 108.200 | 108.300 | 19.684 | 19.205 |
| Cotas de Angra REN 530/12 | 37.400 | 37.600 | 5.633 | 5.166 |
| Energia de curto prazo - CCEE | 129.300 | 66.500 | 112.005 | 41.498 |
| Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1.410 - Anexo I | 385.000 | 394.400 | 12.280 | (11.268) |
| Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA | 20.500 | 20.000 | 5.755 | 7.017 |
| Ressarcimento pela exposição térmica (*) | - | - | (91.260) | (27.154) |
| (-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo | - | - | (10.603) | (5.949) |
| Total | 1.114.500 | 1.081.000 | 130.151 | 99.614 |

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Para os meses de janeiro a março de 2014, a ANEEL já homologou os valores, através dos Despachos SRE/ANEEL nº 515 de 07 de março de 2014, nº 1.256 de 22 de abril de 2014, nº 1.378 de 05 de maio de 2014, retificado pelo Despacho nº 1.443 de 09 de maio de 2014, no montante de R\$91.260. Sobre os referidos montantes foram registrados os encargos de PIS e COFINS.

Os valores referentes aos Despachos nº 515 e 1.256 no montante de R\$42.732, foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias, enquanto o Despacho nº 1.378, retificado pelo Despacho nº 1.443, no montante de R\$48.528, tem sua data programada para 12 de maio de 2014. Ambos os montantes foram registrados no resultado pelas respectivas controladas como redução de custos de energia comprada.

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras intermediárias e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

| Ramos | Data de Vencimento | Importância Segurada | Prêmio Anual |
|--|--------------------|---------------------------|-------------------------|
| | | | 31/03/2014 e 31/12/2013 |
| Riscos Operacionais | 23/10/2014 | 35.320 | 367 |
| Responsabilidade Civil Geral | 23/10/2014 | 50.600 | 292 |
| Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros | 23/10/2014 | Até R\$ 360 mil / veículo | 255 |
| Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais | 31/12/2014 | 83.500 | 369 |
| | | | <u>1.283</u> |

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

| ATIVO | 31/03/2014 | | 31/12/2013 | |
|--|------------|-------------|------------|-------------|
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Caixa e equivalente de caixa | 49.263 | 49.263 | 50.315 | 50.315 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 143.575 | 143.575 | 143.796 | 143.796 |
| Consumidores e concessionárias | 140.280 | 140.280 | 151.382 | 151.382 |
| Títulos de créditos a receber | 55.600 | 55.600 | 61.992 | 61.992 |
| Conta a receber da concessão | 242.300 | 242.300 | 225.555 | 225.555 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 14.884 | 14.884 | 15.685 | 15.685 |

| PASSIVO | 31/03/2014 | | 31/12/2013 | |
|---|------------|-------------|------------|-------------|
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Fornecedores | 887.083 | 88.083 | 92.799 | 92.799 |
| Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas | 603.478 | 601.132 | 611.764 | 611.543 |

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração**Empréstimos e recebíveis**

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 1ª emissão de debêntures. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

| | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|---------------------------------|------------|------------|
| Dívida (a) | 603.478 | 611.857 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (49.263) | (50.315) |
| Dívida líquida | 554.215 | 561.542 |
| Patrimônio líquido (b) | 637.537 | 598.086 |
| Índice de endividamento líquido | 0,87 | 0,94 |

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

Resultados do 1º trimestre de 2014

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

| Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses | Até 6 meses | De 6 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|----------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Fornecedores | 85.437 | - | - | - | 2.646 | 88.083 |
| Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - 9,69% | 46.516 | 132.669 | 263.432 | 268.831 | 62.053 | 773.501 |
| Total | 131.953 | 132.669 | 263.432 | 268.831 | 64.699 | 861.584 |

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

| | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|--|------------|------------|
| Caixa e equivalente de caixa | 49.263 | 50.315 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 143.575 | 143.796 |
| Consumidores e concessionárias | 140.280 | 151.382 |
| Títulos de créditos a receber | 55.600 | 61.992 |
| Conta a receber da concessão | 242.300 | 225.555 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 14.884 | 15.685 |

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 14 e 25.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Resultados do 1º trimestre de 2014

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

O resultado da Companhia está suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2014, com queda de 3,40% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,2630/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2014 era de 13,1%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, em 31 de março de 2014 de R\$605.350 (R\$613.795 em de 31 de dezembro de 2013), R\$267.544 (R\$276.074 em 31 de dezembro de 2013) estão representados em dólares, (i) US\$77,8 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$ 77,2 milhões de principal) cujo saldo no final no período, incluindo juros monta em R\$176,7 milhões e (ii) US\$40,0 milhões de empréstimo com o Citibank (US\$40,0 milhões de principal), cujo saldo no final no período, incluindo juros monta em R\$90,8 milhões.

Os empréstimos têm vencimento de longo prazo, 17 de Abril de 2018, e custos de até US\$ mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de março de 2014 apresenta no ativo não circulante R\$14.884 (R\$15.685 em 31 de dezembro de 2013) a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

| Divida | Notional (USD) | Custo Financeiro | Vencimento | Limitador |
|---|----------------|-----------------------------|------------|----------------------------------|
| Loan 4131 Itaú BBA P. Ativa P. Passiva | 16.900 | VC + 4,33% 100,0% CDI | 17/08/2015 | 2,85(Ago -15) |
| Loan 4131 Citibank P. Ativa P. Passiva | 40.000 | Libor + 1,90% 101,0% CDI | 21/09/2017 | 3,0185(Set-16) 3,1975(Set-17) |
| Loan 4131 Itaú BBA P. Ativa P. Passiva | 60.277 | VC + 4,105% 108,95% CDI | 17/04/2018 | 3,11(Abr-17) 3,30(Abr-18) |

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Resultados do 1º trimestre de 2014

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, que podem ser assim resumidos:

| | 31/03/2014 | 31/12/2013 | Descrição | 31/03/2014 | 31/12/2013 | A Receber/ (Recebido) | A Pagar/ (Pago) |
|------------------------------------|-------------------|------------|---------------------------------------|------------|------------|--------------------------|--------------------|
| | Nocional (BRL) | | Posição Ativa | | | | |
| | | | Moeda | | | | |
| Swap com Opções- Itaú BBA | 154.138 | 34.138 | Estrangeira- USD | 187.325 | 190.875 | | |
| | | | Posição Passiva | - | - | | |
| | | | Taxa de Juros CDI | (163.935) | (161.671) | | |
| | | | Opções de Moeda Estrangeira (US\$) | (14.112) | (18.528) | | |
| | | | Posição Total Swap Com Opções | 9.278 | 10.676 | - | - |
| | | | Posição Ativa | - | - | | |
| | | | Moeda | | | | |
| Swap com Opções- Citibank | 80.960 | 80.960 | Estrangeira- USD Libor | 94.373 | 96.332 | | |
| | | | Posição Passiva | | | - | - |
| | | | Taxa de Juros CDI | (81.398) | (81.367) | | |
| | | | Opções de Moeda Estrangeira (US\$) | (7.369) | (9.956) | | |
| | | | Posição Total Swap Com Opções | 5.606 | 5.009 | - | - |

O Valor Justo dos derivativos efetuados em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foram apurados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

| Operação | Exposição | Risco | Cenário I (Provável) (*) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) |
|--|---------------|----------|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| Instrumentos financeiros - Swap com Opções Itaú e Citibank | 267.544 | Alta USD | 38.503 | (22.295) | (83.094) |
| Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD | 281.699 | | 243.195 | 303.994 | 364.793 |
| Posição Passiva - Taxa de Juros CDI | (245.334) | | (245.334) | (245.333) | (245.333) |
| Opções de Moeda Estrangeira - USD | (21.481) | | - | (9.344) | (61.575) |
| Subtotal | 14.884 | | (2.138) | 49.316 | 57.884 |
| Líquido | - | | 36.365 | 27.021 | (25.209) |

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de março de 2014, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de março de 2014, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$36.365 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivo de R\$27.021 e negativo de R\$25.209, respectivamente.

b. Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11,10%, TJLP = 5,0% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

| Instrumentos | Exposição (R\$ mil) | Risco | Cenário I (Provável) (*) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) |
|--|---------------------|--------------|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| Instrumentos financeiros ativos: | | | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 170.449 | Alta do CDI | 4.545 | 5.627 | 6.690 |
| Instrumentos financeiros passivos: | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (143.921) | Alta do CDI | (3.851) | (4.768) | (5.669) |
| | (53.470) | Alta da TJLP | (662) | (824) | (985) |
| | (87.385) | Alta do FNE | (1.298) | (1.611) | (1.920) |
| Subtotal (**) | (284.776) | | (5.811) | (7.203) | (8.574) |
| Total | (114.327) | | (1.266) | (1.576) | (1.884) |

(*) Considera o CDI de 30 de junho de 2014 (11,10% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2014, TJLP 5% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplemento).

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$267.544.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Resultados do 1º trimestre de 2014

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

| Instrumentos financeiros | Nível | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|--|-------|------------|------------|
| Ativos | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 2 | 143.575 | 143.796 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | 14.884 | 15.685 |
| Contas a receber da concessão | 3 | 242.300 | 225.555 |

26. Benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de março de 2014 a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$1.885 (R\$1.797 em 31 de março de 2013)

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 31 de março de 2014 as despesas com o plano de saúde foram de R\$709 (R\$654 em 31 de março de 2013).

27. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

| Contrato de compra de energia - reais mil | | | | | | |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|-----------------|
| Vigência | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | Após 31/12/2018 |
| 2014 a 2046 | 454.118 | 418.568 | 440.967 | 429.585 | 442.755 | 7.176.891 |

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de março de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

28. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

29. Adicionais aos fluxos de caixa

No período findo em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

| | 31/03/2014 | 31/12/2013 |
|---|------------|------------|
| Atividades operacionais | | |
| Contas a receber da concessão | 11.997 | 73.897 |
| Atualização contas a receber da concessão - VNR | 4.975 | 5.447 |
| Fornecedores | 8.388 | 9.277 |
| Atividades de investimentos | | |
| Imobilizado e intangível | 2.102 | 8.197 |
| Atividades de financiamento | | |
| Empréstimos e financiamentos | 2.229 | 15.462 |
| Capitalização de reservas | - | 39.289 |

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
João Pessoa - PB

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - "Interim Financial Reporting"*, emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o *IAS 34*, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Lei 12.783/13, Decretos 7.945/13, 8.203/14 e 8.221/14

Conforme mencionado na nota 23, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2014.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br

- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br

- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br

- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931

- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480

- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br